



**NOVA GERAÇÃO:
SOLIDARIEDADE QUE LIBERTA**



1. DADOS DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE E CONVENENTE	Ação Social Arquidiocesana de Palmas
CNPJ	03.306.993/0001-12
ENDEREÇO	Quadra 1104 Sul Alameda-02 Ai-11
CIDADE	Palmas/ TO
CEP	77024-028
DDD/TELEFONE	63 3217-4255
DDD/TELEFONE	63 98402-7046
NOME DO RESPONSÁVEL	Amilson Rodrigues Silva
CPF	432.703.013-91
CARGO	Presidente

CONTA CORRENTE: **Banco Bradesco – Agência: 3664-1**
Conta Corrente: 3080-5



2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

A **Ação Social Arquidiocesana de Palmas (ASAP)** é uma Entidade Civil, de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educacional, de promoção da pessoa humana e de assistência social, fundada em 26 de junho de 1999, tem como objetivo ofertar serviços de assistência social, defender os direitos fundamentais da pessoa fazendo incidência junto aos órgãos e poderes constituídos por políticas públicas emancipatória; Ofertar serviços de educação continuada eleva a auto estima, o protagonismo dos beneficiários proporcionando geração de renda e inclusão social.

Nossa missão: Cuidar e defender a vida, baseado nos princípios ético-cristãos, atuando na perspectiva da promoção dos direitos, do protagonismo e desenvolvimento humano, social e ambiental.

Visão: Ser uma organização reconhecida regionalmente por desenvolver ações que contribuem efetivamente para a transformação social nos territórios de atuação, garantindo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, suas famílias e comunidades.

Valores: Respeitar a diversidade e compreender as diferentes necessidades da vida humana, acreditando no potencial transformador, fomentando a solidariedade e a responsabilidade social.

Título do Projeto:

Nova Geração: Solidariedade que Liberta

Município/Estado de atuação: Palmas.

Solicitante:

Ação Social Arquidiocesana de Palmas

Financiador/Doador:

Justiça Federal 4ª vara

Objetivo Geral:

- Estruturar espaço de formação continuada para capacitação de agentes e liderança para o enfrentamento do trabalho infantil e das desigualdades sociais.

Objetivos Específicos:

- Fortalecer a atuação das instituições por meio da formação continuada;



Justificativa:

Há anos o estado do Tocantins se destaca em números de registro de trabalho infantil, segundo o relatório do FENPETI, no ano de 2019, número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com idade de 05 a 17 anos, eram 18.969. Conforme o relatório, crianças e adolescentes tocantinenses em situação de trabalho infantil eram, majoritariamente, 'trabalhadores dos serviços domésticos com 7,8%; 'mecânicos e reparadores de veículos' 6,1%; e 'trabalhadores elementares da construção civil 5,9%.

Segundo pesquisa do PNAD 2014, o desenvolvimento dos adolescentes no aspecto social, psicológico e cognitivo, está sendo atravessado e mediado pelo trabalho, enquanto deveria estar sendo garantido o direito à educação e lazer, para que na vida adulta o trabalho seja produzido com sentido.

Dados do relatório anual dos conselhos tutelares nos principais municípios tocantinenses, demonstram o aumento de ocorrências nos anos de 2021 e 2022,. Em matéria do jornal do Tocantins publicada em 14 de julho de 2022, destaca o aumento do trabalho infantil de forma gradativa em até 122% nos últimos 5 anos, o que demonstra a necessidade de plano de intervenção que envolva os governos e a sociedade civil para o enfrentamento dessa realidade.

Segundo o mapa da violência de 2017, o poder público trata a criança e o adolescente como problema. Não atua na prevenção e no atendimento das violações de direitos humanos, sendo as ações de caráter punitivo aos infratores, e criminalizador. Não há investimentos em políticas públicas, só havendo política com pressão administrativa ou judicial provocados pelo ministério público e referendados pelo Judiciário, também não se visualiza fluxos e metodologias de atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Minimizar essa situação só é possível com o empoderamento de lideranças da sociedade civil, governamentais, líderes comunitários, famílias e movimentos sociais. A ASAP atua no estado do Tocantins a mais de duas década, vem atuando em assessorias, formação e apoio ao enfrentamento das violações de direitos da pessoa humana, especialmente de crianças e adolescentes, ocupando os espaços de controle social de políticas públicas nos

conselhos de direitos, bem como participando de fóruns e seminários, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades existentes. Acreditamos que a parceria com a 4ª Vara – Justiça Federal proporcionará à Ação Social Arquidiocesana de Palmas o fortalecimento de



suas ações junto às comunidades e territórios.

Diante dos dados apresentados, com a preocupação de proteger as crianças e adolescentes de maneira plena, foi identificada a necessidade desenvolver parcerias com órgãos públicos, privados e sociedade para desenvolver ações que assegurem direitos e enfrentar o trabalho infantil no município de Palmas e região metropolitana.

Para realização do projeto é necessário infraestrutura física, com auditório que acomode o quantitativo proposto. Tendo em vista, que já dispomos de um local próprio para formação, “localizado na quadra Qd 406 Norte APM 10 AL 03”, objetiva-se adquirir mobiliário e equipamentos eletrônicos para equipá-lo, tais como; cadeiras, som, computador dentre outros itens, que estão especificados no orçamento. Estes itens possibilitam resultados positivos no alcance da missão da entidade em sua atuação em causas sociais, visando a concretização do objetivo proposto e posteriormente dar continuidade às demandas da entidade no enfrentamento do trabalho infantil e a defesa dos direitos.

Metodologia:

A proposta pedagógica é de atuar de maneira que incentive a participação dos atores da rede de atendimento e a juventude no processo de enfrentamento ao trabalho infantil e outras causas sociais, por meio de um processo de formação continuado de lideranças e beneficiários dos projetos desenvolvidos pela ASAP, de forma a potencializar de fortalecimento e transformação social dos grupos mais vulneráveis..

As atividades serão implementadas por meio de mobilização dos agentes do sistema de garantia de direitos, entidades representativas do comércio, entidades religiosas e sociedade civil do município de Palmas. Será ofertado **um seminário** com carga horária de 8 horas, contando com a participação de 100 pessoas com a temática enfrentamento do trabalho infantil.

Com o objetivo de fortalecer o SGDCA serão realizados **um encontro de formação**, sendo para até 80 pessoas por turma, com carga horária de 8 horas cada; com palestras, estudo de casos e apresentação de números de registro na região, para diferentes atores que atuam na rede nos municípios contemplados com o projeto. Para a realização do projeto objetiva-se buscar parcerias, com os Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Direitos Humanos - CDH, CIMI - GO/TO, Comissão Pastoral da Terra - CPT, sindicatos, associações e entidades religiosas.



Ações a ser realizadas:

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ATENDIDOS	CARGA HORÁRIA
Seminário	Será realizado um seminário com a participação de agentes públicos, da Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios do Tocantins, entidades religiosas e da sociedade civil organizada, associações, sindicatos e representantes de categorias profissionais, além empreendedores locais, com o objetivo de promover diálogo e debates sobre o tema trabalho infantil e a importância do trabalho digno.	100 pessoas	8 horas
Encontro de Formação.	Será ofertado encontros de formação para as lideranças que atuam na rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, dos municípios Tocantinenses, com os objetivos de fortalecer e articular as ações das instituições para ampliar o debate sobre trabalho infantil na agenda política dos municípios e levantar estratégias de prevenção e combate.	80 pessoas	8 horas.
TOTAL		180 atendidos	16 horas

**Público alvo:**

180 beneficiários/as;

Líderes comunitários, agentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, lideranças indígenas, conselheiros de direito e de defesa de políticas socioassistenciais, líderes de pastorais, camponeses, ribeirinhos, lideranças sindicais de comércio e rurais.

Período da execução:

10 meses

Divulgação:

A divulgação deste Projeto acontecerá em seu período de execução, por meio de visitas da equipe aos locais estratégicos para alcançar o público alvo. Considerando como estratégias as tecnologias de informação como sites de notícias locais, redes sociais, blogs, e-mails, WhatsApp, dando ênfase a parceria entre a ASAP e a Justiça Federal

Orçamento:

Material de Consumo				
Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total	Fonte de Recurso
180 unidades	Alimentação participantes	R\$ 30,00	R\$ 5.400,00	Contrapartida
TOTAL			R\$ 5.400,00	

Pessoal				
Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total	Fonte de Recurso
1 Formação	Formador	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	Contrapartida
1 seminário	Mediador	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	Contrapartida
TOTAL			R\$ 4.000,00	

Material Permanente					
Quant.	Descrição	Valor Unt.	Valor Total	<u>Fonte de recurso</u> Justiça federal	<u>Fonte de recurso</u> Contrapartida
100 unid	Cadeiras com braço e escrivaninha	R\$ 500,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	
1 unid.	Computador completo	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00		R\$ 5.000,00
1 conj.	Caixa acústicas com mesa	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00
TOTAL			R\$65.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 15.000,00



Quadro resumido do orçamento

Despesa	Valor total	Fonte de recursos
Material de consumo	R\$ 5.400,00	Contrapartida
Pessoal	R\$ 4.000,00	Contrapartida
Material permanente	R\$ 15.000,00	Contrapartida
Material permanente	R\$ 50.000,00	Justiça federal
Total geral do projeto:	R\$ 74.400,00	

TOTAL SOLICITADO À JUSTIÇA FEDERAL R\$ 50.000,00

Avaliação e monitoramento:

Será realizado acompanhamento das atividades e da elaboração do plano de trabalho por meio de lista de frequência, relatos de experiências, rodas de conversa, registro fotográfico, relatórios e prestação de contas.

A equipe técnica reunirá-se para socializar e avaliar o desenvolvimento das atividades de cada ação, assim como fazer as intervenções necessárias para cumprir com os objetivos propostos no projeto.

Ao final de cada evento (seminário e formação) será aplicado um formulário de avaliação para os participantes expressarem suas percepções, opiniões e sugestões referentes a atividade.

Palmas, 06 de setembro de 2023.

Amilson Rodrigues Silva

Presidente